



## Intervenção do Ministro das Finanças

Assembleia da República, 23 de outubro 2020

Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças,

Senhoras e Senhores deputados,

Quando aqui viemos o ano passado apresentar o orçamento para 2020, Portugal vivia um momento de grande otimismo.

Tínhamos acabado de atravessar um período de 4 anos:

- De forte crescimento da economia e de convergência económica com a União Europeia;
- De grande crescimento do emprego e de diminuição da taxa de desemprego;
- De grande aumento do rendimento disponível dos portugueses;
- Em que Portugal atingiu o primeiro excedente orçamental da democracia, a que se juntava um excedente da balança externa do país, o que deu demonstrou que os resultados não só eram positivos como sólidos e sustentáveis.

Um caminho percorrido de recuperação económica do país que contribuiu para a melhoria de vida dos portugueses e para o prestígio internacional de Portugal.

No início deste ano, o surgimento da Covid-19 lançou subitamente o mundo numa crise de saúde pública e numa crise económica e social sem precedentes.

Prevê-se que depois de ter crescido 2,2% em 2019, **a economia portuguesa, contraia cerca de 8,5%** este ano. Uma redução da atividade económica semelhante à que se antecipa na Europa. Esta será a maior queda da atividade económica da democracia.

Simultaneamente, espera-se um agravamento **da taxa de desemprego** de 6,5% em 2019 para 8,7% em 2020 e uma redução do emprego de 3,8%.

Esta queda da atividade económica, constitui uma ameaça ao **rendimento dos portugueses**, em particular aos que por causa da pandemia perderam o emprego ou tiveram uma queda acentuada da sua atividade.

Os quatro grandes desafios imediatos que o país enfrenta deviam, portanto, ser óbvios para todos: enfrentar a pandemia, recuperar a economia, proteger o emprego e o rendimento dos portugueses.

É por isso natural que o OE 2021 esteja construído em torno destas 4 grandes prioridades.

**A primeira prioridade: Ajudar o país a enfrentar a pandemia, através do reforço do SNS e de outros serviços públicos.**

- O OE2021 prevê um enorme aumento do orçamento do SNS. São cerca de mais 1000 ME a mais (+10%) dos quais mais 470 milhões de euros de transferências do OE e mais de 499 ME de fundos europeus;
- Prevê-se em 2021 um reforço muito substancial do número de profissionais, com a contratação de mais 4200 trabalhadores para o SNS e de mais 260 trabalhadores para o INEM;
- Para combater a pandemia, o OE inclui um valor adicional de 220 ME para testes e vacinas financiados pelo REACT, para além das verbas adicionais do OE;
- Inclui ainda um grande reforço de verbas para investimento no sistema de saúde, prevendo-se:
  - O investimento no equipamento e alargamento da rede de cuidados de saúde primários;
  - A expansão da rede de cuidados continuados;
  - A construção de novos hospitais (por exemplo o Hospital Lisboa Oriental);
  - A atribuição de um subsídio de risco para os profissionais de saúde que lidam diretamente com as situações de COVID, equivalente a 20% do seu salário.

A Saúde é, portanto, uma das grandes prioridades deste orçamento, como tinha, aliás, sido a prioridade nos últimos orçamentos, estávamos nós muito longe de poder antecipar o que 2020 nos trouxe com a crise pandémica.

Este OE tem a preocupação de reforço generalizado de outros serviços públicos na resposta à pandemia, mas permitam-me também destacar a área da educação.

A pandemia veio acentuar as necessidades de recursos e profissionais nas nossas escolas. Por isso o OE21 responde com:

- Um ambicioso programa de digitalização das escolas – no valor de mais de 400 milhões de euros – para consolidar e estruturar a enorme alteração de métodos e recursos pedagógicos a que assistimos nos últimos meses;

- A contratação de mais 3000 Assistentes Operacionais para as nossas escolas, a par do reforço de docentes para ajudar a recuperação de aprendizagens que se tornou premente no contexto da pandemia.

### **A Segunda grande prioridade do OE 2021 é a recuperação da economia portuguesa.**

Do lado fiscal preveem-se 3 medidas principais que contribuem para a dinamização da procura interna e da economia. Colocam mais 550 milhões de euros nos bolsos das famílias e na economia em 2021.

- Redução das retenções na fonte de IRS em 200 ME e do IVA da eletricidade em 150 ME;
- Programa IVAucher. Devolução do IVA suportado pelos consumidores em 3 dos setores mais afetados pela pandemia como o alojamento, cultura e restauração para consumo nesses setores;
- Ao nível fiscal, para as empresas, para além de se assegurar a estabilidade fiscal, prevê-se ainda:
  - A Eliminação do agravamento das tributações autónomas para as PME que habitualmente tinham lucros e que por causa da pandemia deixaram de os ter;
  - E como estímulo a que as empresas que mantenham a capacidade continuem a investir, mantém-se o crédito Fiscal Extraordinário de Investimento de 20% em IRC, que tem como contrapartida a criação e manutenção de postos de trabalho;

Também se promove a recuperação da economia ajudando as empresas a enfrentar os desafios que esta realidade atípica lhes coloca e é, por isso, importante sublinhar:

- A extensão das moratórias de crédito bancário até setembro de 2021; e
- A promoção de linhas de crédito com garantias de estado até 6 mil milhões de euros;

O investimento público constitui uma outra ferramenta de política económica e orçamental que é nesta fase absolutamente determinante para a recuperação da economia;

O OE21 prevê um forte crescimento do investimento público de cerca 23% o que representa um aumento de mais de mil milhões de euros.

Esta aceleração decorre:

- Da forte execução de investimentos estruturantes na área da ferrovia, nas obras de expansão dos metros, e na Saúde e no regadio;
- Da aceleração de pequenos investimentos intensivos em trabalho, muitos deles previstos no Plano de Estabilização Económica e Social;

Para além disso, execução do Plano de Recuperação e Resiliência português, que assenta nos eixos da resiliência, transição climática e transição digital, cujo esboço foi entregue em Bruxelas na semana passada, deverá assumir ao longo de 2021 uma importância crescente no domínio do investimento público.

## **Emprego**

A proteção e a criação de emprego é a 3ª das grandes prioridades do OE 2021 através de:

- Um conjunto de medidas muito ambiciosas de dinamização da atividade económica; e
- Medidas específicas muito significativas de apoio à manutenção e à criação do emprego (no valor de cerca de 1000 ME).

Este conjunto de medidas constituem não só um apoio direto ao emprego, mas também um forte apoio as empresas e à manutenção da sua capacidade produtiva.

Queria aproveitar este momento para deixar uma mensagem muito forte de confiança às empresas e aos trabalhadores, nesta altura de incerteza:

- Enquanto durar a pandemia, o Governo não deixará de continuar a apoiar o emprego ajudando as empresas a suportar parte dos custos do trabalho nos setores mais atingidos pela crise.

O apoio à manutenção do emprego e à capacidade produtiva das empresas é uma das grandes prioridades do Governo e deste Orçamento do Estado, e disso não tenhamos a menor das dúvidas.

Esperamos, já em 2021, em resultado da recuperação da economia, voltar à trajetória de diminuição do desemprego dos últimos anos (em que a taxa de desemprego caiu para metade) com a taxa de desemprego a diminuir de 8,7% em 2020 para 8,2% em 2021.

## **Proteção do rendimento das famílias**

Na resposta à crise a proteção do rendimento das famílias é outra das preocupações centrais. É a quarta grande prioridade deste orçamento que gostaria de destacar junto das senhoras e dos senhores Deputados.

Assim, o OE2021 tem um conjunto muito significativo de medidas dirigidas à melhoria dos rendimentos dos portugueses. Estas medidas são também muito importantes para a própria recuperação da economia e para as empresas.

No plano fiscal, o OE inclui as 3 medidas a que já me referi e que no seu conjunto se traduzem, em 2021, num aumentam muito expressivo do rendimento das famílias no montante de 550 ME, através da redução do IVA e da retenção na fonte do IRS.

### **Ao nível de salários e pensões**

Procede-se a um aumento extraordinário das pensões mais baixas em 10 euros;

O Salário Mínimo deverá aumentar significativamente, em linha com o aumento médio da anterior legislatura;

Na Administração Pública, a massa salarial deverá aumentar cerca de 800 ME (+3,5%), em resultado do desenvolvimento das carreiras e da contratação de novos profissionais (salário médio aumenta cerca de 2,2% e o efeito volume é de 1,2%).

### **Reforço da proteção social**

Num momento de crise mundial é fundamental o compromisso de não deixar ninguém para trás e de estar atento a quem está mais vulnerável: a quem perde o emprego devido à pandemia ou para quem tem prestações de desemprego mais baixas.

Por isso, o Orçamento de Estado para 2021:

- Procede ao aumento do limite mínimo do subsídio de desemprego de 438 para 503 euros, para trabalhadores a tempo inteiro;
- Cria uma prestação social extraordinária com o valor do limiar da pobreza de 501 euros, dirigida a quem neste momento difícil perde o emprego - e não tem acesso ao subsídio de desemprego -, ou para quem perdeu o acesso ao acesso ao subsídio de desemprego ou é um TI com perda de atividade:

Neste âmbito é também introduzido um complemento no Subsídio Social de Desemprego de forma a poderem também melhorar o seu rendimento de 438 euros para um valor de até 501 euros;

Espera-se que esta prestação possa abranger cerca de 170 mil trabalhadores.

- Alarga-se também a gratuidade das creches até ao 2º escalão;
- Reduzem-se as portagens no interior;
- Introduce-se um suplemento remuneratório de insalubridade e penosidade, entre outras medidas que também estão presentes na proposta que temos em apreciação no parlamento.

Com a aprovação deste orçamento e com o conjunto de políticas muito ambiciosas de resposta à crise que ele determina, antecipamos no próximo ano:

- Que o país e o SNS tenham os meios necessários para enfrentar a pandemia;
- Uma recuperação robusta da economia em 2021, com um crescimento de 5,4%;
- Que a taxa de desemprego comece já em 2021 a trajetória de diminuição;
- A garantia da proteção dos rendimentos dos portugueses e para que a partir de 2021 o seu rendimento volte inclusivamente a melhorar (com um aumento do rendimento disponível de cerca de 1%).

## **Contas Públicas**

Em resultado desta recuperação da economia e do emprego, antecipamos uma redução do deficit orçamental de 7,3% para 4,3% e uma redução da dívida pública de 134% para 130,9%.

Esta evolução contribuirá para dar confiança aos portugueses demonstrando que o país está no bom caminho, e que segue uma trajetória segura e sustentável.

**Senhor Presidente,**

**Senhoras e senhores deputados,**

Esta semana, a intervenção do líder da oposição, fez vir ao de cima, e emergir de novo a forma como o PSD sempre entendeu que se deve reagir a uma crise:

Uma visão que, a bem dos portugueses e de Portugal, estou certo de que não reúne uma maioria nesta assembleia.

O líder da oposição elogiou a violência da redução do deficit orçamental durante o período da troika, durante o Governo do PSD, que tanto sofrimento causou aos portugueses e que conduziu a tanta destruição da economia e do emprego.

O líder do PSD, criticou, pelo contrário, a melhoria do déficit orçamental e o primeiro excedente orçamental da democracia, conseguido pelo atual Governo.

Para o PSD, o sucesso obtido na melhoria das contas públicas não é meritório porque resultou da aposta na recuperação da economia e da confiança dos portugueses aliado a uma gestão orçamental responsável que contribuiu para a redução da despesa com juros.

E isso para o PSD não vale.

Para o PSD isso não constituiu uma verdadeira melhoria estrutural das contas públicas.

Para o PSD, uma real redução estrutural do déficit tem de ser baseada em cortes no rendimento das famílias, nos apoios sociais e nos serviços públicos. Só assim para o PSD, a redução do deficit orçamental é considerada virtuosa.

**Em relação ao OE2021**

O líder do PSD disse que votava contra este orçamento porque, passo a citar "distribui o que tem e o que não tem", que é um "orçamento de distribuição para agradar no imediato esquecendo o futuro".

Considera que é um orçamento baseado em premissas irrealistas sobre a evolução da receita e que vai dar num orçamento retificativo. O líder do PSD antecipa o pior.

O seu discurso fez-nos lembrar algo que já não ouvíamos há algum tempo. Faz-nos lembrar o discurso do PSD nos dois primeiros anos do Governo PS, entre 2015 e 2017. O discurso de que não havia alternativa. Quase só faltou dizer que vinha aí o diabo...

Isto porque para o PSD a austeridade é a única forma correta de reagir a uma crise. É esta visão que está no seu ADN. Estão contra o conjunto de medidas sociais previstas neste Orçamento: contra o aumento do salário mínimo, contra a política de aumento dos rendimentos e das pensões, contra maior proteção social para os que perdem o emprego e estão a ser afetados pela crise.

Em 2015 e 2016 a maioria parlamentar de esquerda esteve junta para mostrar que existia uma alternativa a esta visão de austeridade. Uma alternativa que apostava na recuperação da economia, dos rendimentos dos portugueses e na reposição da sua confiança.

Uma alternativa que se revelou um sucesso, reconhecido não só pelos portugueses, mas também internacionalmente.

A pandemia causou em toda a Europa uma crise económica e social sem precedentes. Este é um período de enorme responsabilidade para todos nós.

Os interesses de Portugal e dos portugueses estão à frente das disputas e dos interesses individuais de cada partido.

Não podemos ter receio de enfrentar os momentos difíceis. Não é o momento de desistir. Os portugueses, com razão, não nos perdoariam.

Tal como em 2015, estamos prontos para, em conjunto, voltar a fazer de novo um percurso de recuperação da economia e da melhoria da vida dos portugueses.

Já mostrámos que o conseguimos fazer!

Neste momento de dificuldade e ansiedade, os portugueses esperam de nós sentido de responsabilidade e que nos juntemos para voltar a aplicar essa estratégia que tanto sucesso teve na saída da anterior crise.

A aprovação deste orçamento será o primeiro grande passo dessa estratégia de recuperação económica e da recusa da alternativa da austeridade.

Muito obrigado.